GCF task force
Technical Exchange
West Kalimantan - Indonesia | September 2026

RELATÓRIO

GCF TASK FORCE
INTERCÂMBIO TÉCNICO
Colaboração Público-Privada na Conservação e Restauração



Governors' Climate and Forests Task Force

Relatório de Intercâmbio Técnico da GCF Task Force

Colaboração público-privada na conservação e restauração em

*Kalimantan Ocidental, Indonésia**

ÍNDICE

Sumário executivo.....1

PRINCIPAIS CONCLUSÕES.....3

Painéis.....5

1. Unindo Forças – Empresas com Foco em Restauração e Conservação.....5

2. Iniciativas de Parceria Público-Privada em Kalimantan Ocidental.....9

3. Aproveitando os mercados para proteger a infraestrutura natural: mercados de carbono e soluções e mecanismos baseados na natureza.....12

4. NDPE para produtos sustentáveis.....16

5. Apoio à mitigação e adaptação por meio de mecanismos inovadores de financiamento jurídico (BLUD).....20

Conclusão e próximos passos.....22

Sumário executivo

Representantes de oito países e mais de uma dezena de jurisdições florestais tropicais reuniram-se em Bogor, Java Ocidental, [1]de 9 a 10 de setembro, para um intercâmbio técnico sobre "Parcerias público-privadas em conservação e restauração", organizado pela Província de Kalimantan Ocidental e pela Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e as Florestas (GCF Task Force).

O intercâmbio reuniu jurisdições membros da GCF Task Force da Indonésia, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru e Estados Unidos, juntamente com províncias não membros da Indonésia, organizações parceiras e atores do setor privado. Ao longo de dois dias de sessões plenárias, compartilhamento de experiências e discussões em grupo, os participantes exploraram como governos e empresas podem ir além de abordagens fragmentadas em direção a modelos jurisdicionais integrados para a conservação florestal e o desenvolvimento sustentável, fundamentados na Nova Economia Florestal. As sessões foram organizadas em torno de cinco temas:

1. Unindo forças: Empresas voltadas para a restauração e conservação
2. Parcerias público-privadas em Kalimantan Ocidental
3. Aproveitando os mercados para proteger a infraestrutura natural: mercados de carbono e mecanismos de soluções baseadas na natureza.
4. NDPE para produtos sustentáveis
5. Apoio à mitigação e adaptação por meio de mecanismos inovadores de financiamento jurídico (BLUD)[2]

O intercâmbio proporcionou uma oportunidade para apresentar opções viáveis para o envolvimento do setor privado nos programas de conservação e restauração das jurisdições da GCF Task Force, discutir como institucionalizar essas opções e identificar seus pontos fortes e desafios.

[1]O Encontro Técnico estava originalmente programado para ocorrer em Pontianak, Kalimantan Ocidental, de 7 a 10 de setembro de 2026, mas foi transferido e posteriormente encurtado devido aos extensos incêndios florestais em Kalimantan e à erupção do vulcão Anak Krakatau.
[2]As Agências Regionais de Serviço Público (Badan Layanan Umum Daerah, BLUD) foram discutidas como um exemplo de mecanismo inovador de financiamento legal.



PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Oito temas transversais emergiram da troca de informações:

O setor privado deve ser um parceiro fundamental, não um mero apoiador. Em todas as sessões, os participantes enfatizaram que a conservação eficaz exige o envolvimento do setor privado na governança, no financiamento e na implementação, e não apenas contribuições de responsabilidade social corporativa ou investimentos pontuais.

As abordagens jurisdicionais permitem uma colaboração eficaz em grande escala. Seja por meio de reservas da biosfera, estratégias de Produzir, Conservar e Incluir (PCI) ou estruturas jurisdicionais para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation, REDD+), as abordagens em nível de paisagem fornecem os dados, padrões e objetivos compartilhados que permitem que governos, empresas, produtores e comunidades trabalhem juntos em grande escala.

O financiamento deve ser de longo prazo, diversificado e inovador. Os modelos mais bem-sucedidos combinam orçamentos públicos, investimento privado, receitas de carbono, financiamento misto, fundos de conservação, pagamentos baseados em resultados e instrumentos inovadores. Nenhuma fonte de financiamento isolada é suficiente para sustentar a conservação em escala jurisdicional.

Os mecanismos de mercado precisam de segurança regulatória a longo prazo e do envolvimento precoce do setor privado. Sejam mercados de carbono, compromissos Sem Desmatamento, Sem Turfa, Sem Exploração (No Deforestation, No Peat, No Exploitation;

NDPE) ou conformidade com o Regulamento da União Europeia sobre Desmatamento (European Union Regulation on Deforestation-free Products, EUDR), o setor privado precisa de regras previsíveis e deve participar da concepção do mercado desde o início, e não apenas depois que o mercado estiver estabelecido. A incerteza dificulta a atração de investimentos privados de longo prazo.

Os pequenos agricultores e as comunidades devem ser participantes ativos, e não receptores passivos. Seu envolvimento significativo na tomada de decisões, na implementação e na partilha de benefícios é essencial para a legitimidade, a eficácia e a sustentabilidade a longo prazo. Além disso, as normas de conformidade, os custos de certificação e as regulamentações internacionais (como o EUDR) podem impor um fardo desigual aos pequenos agricultores, que muitas vezes não possuem regularidade fundiária, infraestrutura, financiamento e acesso direto aos principais mercados de exportação.

Dados, transparência e responsabilização fortalecem as parcerias. Plataformas de divulgação como o CDP, sistemas de monitoramento e mecanismos de rastreabilidade criam a base de evidências compartilhadas sobre a qual se constrói a confiança entre os atores públicos e privados.

A confiança é um requisito fundamental. Instituições transparentes, intermediários confiáveis e relacionamentos duradouros geram a confiança necessária para que governos, comunidades, doadores e atores do setor privado se comprometam com parcerias de conservação de longo prazo.

A aprendizagem interjurisdicional acelera o progresso. O próprio intercâmbio demonstrou como a partilha de experiências entre países e contextos — desde o Financiamento de Projetos para Permanência (Project Finance for Permanence, PFP) do México ao PCI do Brasil e ao BLUD da Indonésia — ajuda as jurisdições a adaptar modelos comprovados e a evitar a repetição de erros.

Painéis

1. Unindo Forças – Empresas com Foco em Restauração e Conservação

Esta sessão focou-se em estudos de caso de toda a rede da GCF Task Force, que revelaram como as jurisdições estão a construir parcerias práticas entre o governo, o setor privado e as comunidades locais.



Uma cooperativa de água em Tarija, Bolívia.
O Departamento de Tarija, na Bolívia, demonstrou como fundos para conservação e recursos hídricos podem mobilizar contribuições do setor privado em torno da segurança hídrica compartilhada. Um exemplo é uma cooperativa de água criada em 2022 com a The Nature Conservancy e outros parceiros, na qual uma parte das tarifas de água é destinada à conservação dos recursos hídricos. Os pagamentos do setor privado representam aproximadamente 30% do orçamento. Iniciativas como essa são cruciais para a indústria vinícola de Tarija, que depende da irrigação.

Financiamento de projetos para a permanência em Yucatán, México
O Estado de Yucatán, no México, apresentou a Herencia Maya , a primeira iniciativa PFP do país e a primeira liderada por um estado, em vez de um governo federal. A Herencia Maya reúne governo, doadores, ONGs, o setor privado e comunidades indígenas em torno de um

mecanismo de financiamento de conservação de longo prazo de US$ 12,6 milhões, projetado para proteger mais de 1,4 milhão de acres de terra, manguezais e fontes de água doce. Utilizando o modelo de PFP em colaboração com povos indígenas e comunidades locais (PICL), a Herencia Maya visa salvaguardar a biodiversidade regional, combater as mudanças climáticas e apoiar os meios de subsistência tradicionais maias, como a agrofloresta sustentável e a apicultura.

Produzir, conservar e incluir em Mato Grosso, Brasil
Mato Grosso, Brasil, compartilhou sua estratégia PCI — uma abordagem jurisdicional lançada em 2015 que vincula produção agrícola sustentável, conservação florestal e inclusão social por meio de uma plataforma de investimento que conecta empresas, bancos e parceiros de desenvolvimento a projetos alinhados à sustentabilidade. Uma organização sem fins lucrativos, o Instituto PCI, foi criada em parceria com o Estado de Mato Grosso para apoiar a implementação do PCI e inclui representantes do setor privado em seu conselho administrativo. As iniciativas de Mato Grosso também incluem o Sistema Mato-Grossense de Cadastro Ambiental Rural (SIMCAR) e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Incêndios Florestais (PPCDIF/MT), ambos alinhados à estratégia PCI.

Uma iniciativa integrada de paisagem em Papua Ocidental, Indonésia.
A Papua Ocidental, na Indonésia, descreveu a Joia da Coroa da Papua (Crown Jewel of Papua) – uma iniciativa integrada de gestão da paisagem com 2,3 milhões de hectares, construída por meio da colaboração entre governos provinciais, povos indígenas, sociedade civil e o setor privado. Seu objetivo é proteger a rica biodiversidade e as florestas primárias, ao mesmo tempo que apoia as comunidades locais por meio do desenvolvimento econômico sustentável, silvicultura social e reconhecimento dos direitos indígenas.

Financiamento da Inovação e Colaboração com Povos Indígenas no Equador
Nosso Diretor Nacional no Equador apresentou a Plataforma Amazônica, uma aliança de 11 nacionalidades indígenas (Confederación de las Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana, CONFENIAE) e seis prefeitos, incluindo membros da GCF Task Force (Morona Santiago, Orellana, Pastaza e Zamora Chinchipe) e observadores (Napo e Sucumbios), que trabalham juntos para proteger 14 milhões de acres da Amazônia equatoriana. O Fundo Futuro Amazônico (Fondo Futuro Amazónico, FFA) é um fundo fiduciário inovador que se baseia na Plataforma Amazônica. Ele permite a gestão e o investimento de recursos para apoiar a conservação de áreas amazônicas e a governança colaborativa da Plataforma Amazônica.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA SESSÃO

A conservação e a restauração não podem ser realizadas por um único ator, e precisamos ir além de projetos fragmentados de curto prazo em direção a abordagens jurisdicionais de longo

prazo. Resultados sustentáveis exigem coalizões fortes, compromissos de longo prazo, instituições eficazes, participação do setor privado, financiamento adequado e envolvimento significativo dos povos indígenas e comunidades locais.

- O financiamento diversificado e de longo prazo é essencial. Precisamos de financiamento misto, maior interação com os bancos e mecanismos inovadores que vão além do REDD+.
- Uma base jurídica sólida e um quadro institucional adequado também são essenciais para garantir a proteção dos recursos a longo prazo.
    - Isso ajuda a proporcionar segurança para os agentes de mercado e ambientes de investimento, longevidade para além das transições governamentais e demonstra que um programa – REDD+, incentivos, benefícios fiscais para a participação do setor privado, etc. – foi concebido para o longo prazo.
- Precisamos passar de projetos fragmentados com objetivos desconectados e impactos limitados para abordagens jurisdicionais e regionais que integrem prioridades ambientais, sociais e econômicas em larga escala.
- Os povos indígenas e comunidades locais devem ser participantes ativos, não apenas beneficiários. Devemos também utilizar o conhecimento tradicional e conectá-lo à ciência moderna.
- Para ser viável, a conservação deve gerar valor econômico tangível, ao mesmo tempo que melhora os meios de subsistência. É necessário desenvolver produtos de alto valor agregado, especialmente em regiões distantes dos principais mercados.
- A confiança é um alicerce fundamental para parcerias e financiamento de longo prazo na área da conservação. Instituições transparentes, intermediários confiáveis e relacionamentos duradouros podem ajudar a construir confiança entre governos, comunidades, doadores e atores do setor privado.

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA AVANÇAR

- Auxiliar os membros da GCF Task Force no fortalecimento de políticas, estruturas institucionais e registros (como o SIMCAR e o PCI, do Mato Grosso) para proteger as iniciativas de conservação da instabilidade política, construir a confiança das partes interessadas e conectar produtores sustentáveis diretamente com bancos e investidores corporativos.
- Continuar a promover a troca de conhecimentos e a colaboração entre jurisdições.
- Apoiar os membros da GCF Task Force em seus esforços para expandir modelos de financiamento inovadores e mistos além dos esquemas REDD+ padrão — como o Financiamento de Projetos para a Permanência liderado pelo Estado (por exemplo, o programa Herencia Maya em Yucatán), fundos hídricos que alavancam taxas de serviços do setor privado (por exemplo, o programa Tarija) e fundos fiduciários regionais dedicados (por exemplo, o FFA do Equador).

- Explore formas adicionais de reduzir o risco do investimento e atrair mais investimento do setor privado, incluindo a investigação de seguros privados como um mecanismo de financiamento inovador.

MODERADORES

- Herlina Hartanto – Diretora Executiva, Yayasan Konservasi Alam Nusantara (YKAN)
- Maria Calvo – Coordenadora de Desenvolvimento de Negócios, Fundación Natura Bolívia

ALTO-FALANTES

- Vice-Governador Gonzalo Avila, Tarija, Bolívia
- Secretária de Desenvolvimento Sustentável, Neyra Silva Rosada, Yucatán, México
- Secretário Executivo do Meio Ambiente, Alex Marega, Mato Grosso, Brasil
- Professor Charlie Heatubun, Agência Regional de Pesquisa e Inovação (Bidang Riset dan Inovasi Daerah) e Professor de Botânica Florestal na Universitas Papua, Papua Ocidental, Indonésia
- Bruno Paladines, Diretor Nacional da GCF Task Force - Equador

2. Iniciativas de Parceria Público-Privada em Kalimantan Ocidental

Esta sessão destacou a jurisdição anfitriã, com Kalimantan Ocidental apresentando suas iniciativas emergentes de parceria público-privada (PPP).



MAJU Kalbar - Uma iniciativa para uma cadeia de valor sustentável de commodities
MAJU Kalbar é uma iniciativa de sete anos financiada pelo Fundo Verde para o Clima (Green Climate Fund, GCF) e pela Sociedade Alemã para a Cooperação Internacional (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH). Trata-se de uma iniciativa de cadeia de valor sustentável que visa reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 16 milhões de toneladas de CO2 equivalente, beneficiar diretamente 680.000 pessoas e fortalecer a resiliência climática de mais de 10 milhões de hectares de floresta. As commodities-alvo incluem óleo de palma, borracha, café, cacau, coco, pimenta, e produtos florestais não madeireiros (PFNM), com apoio à rastreabilidade, certificação e conformidade com regulamentações internacionais, como o EUDR. Isso inclui PPP para compras sustentáveis.

Mata Pandawa – Uma Proposta de Reserva da Biosfera da UNESCO
Kalimantan Ocidental está avançando com a proposta de buscar o status de Reserva da Biosfera da UNESCO para Mata Pandawa, uma junção dos nomes de três áreas: Karimata, Palung e Mendawak. O Corredor de Biodiversidade de Mendawak serve como habitat crucial para orangotangos. Esta seria a segunda Reserva da Biosfera da UNESCO em Kalimantan Ocidental, após Danau Sentarum, em 2018. Como o status de biosfera não altera nem

restringe as licenças comerciais existentes, as operações atuais podem continuar, com a oportunidade adicional de aproveitar a marca dos produtos da reserva.

Delta Kapuas – Silvicultura Social Comunitária para Mitigação das Mudanças Climáticas
O Projeto Delta Kapuas é uma iniciativa de mitigação climática implementada por meio de um programa comunitário de silvicultura social, concebido para conservar aproximadamente 125.000 hectares de florestas, turfeiras e manguezais. Ao perceber que a renda proveniente da venda de PFNM não era sustentável nem suficiente para a proteção ou restauração em larga escala das paisagens, o projeto recorreu ao mercado voluntário de carbono. Embora o projeto tenha beneficiado 25 aldeias, melhorando o desenvolvimento econômico sustentável, a educação, a saúde e a infraestrutura, grandes desafios persistem — principalmente a pressão para a conversão para o cultivo de óleo de palma e os impactos climáticos, como secas, incêndios florestais e inundações.

Primeira Autoridade Subnacional Solicitante do CDP
Em 8 de setembro, Kalimantan Ocidental tornou-se o primeiro governo subnacional a assumir o papel de Autoridade Solicitante na plataforma de divulgação climática do CDP. Melhores dados e relatórios podem fortalecer a ação climática jurisdicional, e Kalimantan Ocidental iniciou a coleta de dados de atores que operam dentro da jurisdição. Até o momento, os registros abrangem 14 empresas florestais, 28 empresas de óleo de palma e oito grupos de agricultores florestais. Historicamente, instituições financeiras e grandes empresas multinacionais compradoras têm solicitado informações de empresas e fornecedores. Contudo, a existência de uma autoridade subnacional responsável pela solicitação permitirá a harmonização entre os domínios público e privado.

Gestão integrada da água em uma plantação florestal de turfeiras
A PT Wana Subur Lestari, empresa concessionária e subsidiária integral da Sumitomo Forestry Co. (SFC), apresentou um exemplo de manejo florestal responsável em turfeiras, baseado na Gestão Integrada de Recursos Hídricos. A SFC desenvolveu uma área de manejo de turfeiras de 140.000 hectares, incluindo plantações de madeira e florestas adjacentes. Mesmo com infraestrutura de baixo custo, como comportas, a gestão proativa da água reduz os riscos de inundações, incêndios e subsidência, mantendo a produtividade da madeira e altos níveis de água subterrânea e umidade do solo.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA SESSÃO

Kalimantan Ocidental continua a enfrentar elevadas pressões de desflorestamento e degradação. A resposta centra-se cada vez mais na articulação da ação climática com o desenvolvimento económico local através de cadeias de valor sustentáveis e da gestão baseada na paisagem. Embora os mercados de carbono e as iniciativas lideradas pela comunidade, como a silvicultura social, ofereçam soluções promissoras, enfrentam desafios

como a incerteza regulamentar e a necessidade de financiamento fiável a longo prazo. Em última análise, o sucesso sustentado requer a colaboração entre as diversas partes interessadas, o desenvolvimento de capacidades e uma clara coordenação jurisdicional para capacitar as comunidades locais e proteger os ecossistemas vitais.

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA AVANÇAR

- Fortalecer a coleta de dados e a conformidade jurisdicional. Continuar o engajamento com a estrutura da Autoridade Solicitante do CDP para coleta de dados em domínios públicos e privados, incluindo empresas florestais, produtores de óleo de palma e grupos de agricultores florestais.
- Aumentar a troca de conhecimentos entre os membros da GCF Task Force para compartilhar as lições aprendidas com iniciativas como MAJU Kalbar, Delta Kapuas e o programa de Reservas da Biosfera da UNESCO.

MODERADORES

- Haryono Hansen Sirait, Gerente Regional, CDP
- Eric Natanael, Diretor, Harapura Impact

ALTO-FALANTES

- Ibu Yenny, da Divisão de Planejamento e Conformidade Ambiental, em nome de Adi Yani, Chefe da Agência de Meio Ambiente e Florestas de Kalimantan Ocidental (o Sr. Yani não pôde comparecer devido aos incêndios em curso em Kalimantan Ocidental).
- Professora Farah Diba, Decana do Departamento de Silvicultura da Universidade de Tanjungpura
- Fajri Nailus Subchi, Diretor, SAMPAN Kalimantan
- Asep Andi Yusup, Gerente Geral de Gestão de Água, PT Wana Subur Lestari, Grupo Florestal Sumitomo
- Ari Suharto, Diretor, Yayasan Bumi Eka Lestari (BATARI)

3. Aproveitando os mercados para proteger a infraestrutura natural: mercados de carbono e soluções e mecanismos baseados na natureza

A sessão analisou como os mercados de carbono e as soluções e mecanismos baseados na natureza podem criar condições favoráveis à sinergia público-privada.



IETA e negociação eficaz baseada no mercado

A Associação Internacional de Comércio de Emissões (International Emissions Trading Association, IETA) trabalha com 300 das maiores empresas do mundo e capacita o setor privado a se engajar em ações climáticas, apoiando o estabelecimento de um mercado eficaz de emissões e remoções de gases de efeito estufa. O Artigo 6 do Acordo de Paris, que estabeleceu a estrutura para a cooperação internacional por meio dos mercados de carbono, foi discutido em detalhes. A demanda global por Resultados de Mitigação Transferidos Internacionalmente (Internationally Transferred Mitigation Outcomes, ITMOs) do Artigo 6 está crescendo, e a IETA constatou que 83% dos entrevistados estavam dispostos a pagar um prêmio por ITMOs em relação a outros créditos. Uma das principais preocupações era a incerteza em relação à estrutura do país anfitrião. A Parceria Empresarial para Implementação de Mercado (Business Partnership for Market Implementation, B-PMI) da IETA foi criada para

complementar a Parceria para Implementação de Mercado (Partnership for Market Implementation, PMI) do Banco Mundial; a B-PMI apoia a implementação de instrumentos de precificação de carbono nos países da PMI por meio da capacitação do setor privado e do engajamento com os formuladores de políticas.

Aprendendo com o sucesso do programa de limite e investimento da Califórnia

O Programa de Limitação e Investimento (Cap-and-Invest Program) da Califórnia , administrado pelo Conselho de Recursos Atmosféricos da Califórnia (California Air Resources Board, CARB), é um exemplo bem-sucedido de um sistema de comércio de emissões liderado por entidades subnacionais e um dos maiores mercados de conformidade do mundo. Os fatores e estratégias que contribuíram para o sucesso do programa e para uma taxa de conformidade de quase 100% incluem a minimização dos custos para a indústria e a maximização dos benefícios, o incentivo a ações voluntárias antecipadas, a flexibilidade na conformidade e a gestão da carga administrativa e do desvio de recursos. Para abordar as preocupações do setor privado em relação a custos, viabilidade e legalidade, o CARB realizou mais de 30 workshops antes da adoção da regulamentação. O CARB construiu relacionamentos, forneceu documentos de orientação, fichas informativas e avisos de mercado. Outras condições essenciais para o sucesso do programa incluem um processo de concepção público e transparente, relatórios claros com verificação por terceiros, igualdade de acesso às informações de mercado, monitoramento e fiscalização robustos, proteção da indústria contra desvios de recursos e investimento da receita nas comunidades.

O padrão ART/TREES para J-REDD+

Arquitetura para transações do REDD+ (Architecture for REDD+ Transactions, ART) administra o Padrão de Excelência Ambiental REDD+ (the REDD+ Environmental Excellence Standard, TREES) e serve como referência de qualidade para o REDD+ em diferentes jurisdições. Os créditos TREES podem ser monetizados por meio de países (Artigo 6 ou Pagamentos Baseados em Resultados), companhias aéreas da ICAO para o CORSIA, empresas com metas voluntárias, a Coalizão LEAF e fundos de investimento ou corretores do mercado de carbono. Existem diversas opções para parcerias público-privadas, inclusive com atividades aninhadas.

Primeiro Programa JREDD+ em nível provincial da Indonésia

O Programa de Redução de Emissões de Kalimantan Oriental, em parceria com o Facilidade de Parceria para o Carbono Florestal (Forest Carbon Partnership Facility, FCPF) do Banco Mundial, foi o primeiro programa JREDD+ da Indonésia em nível provincial. O FCPF impulsionou os esforços de mitigação e conservação de terras por empresas de óleo de palma, ao mesmo tempo que acelerou a adoção de padrões de sustentabilidade como o Óleo de Palma Sustentável da Indonésia (Indonesian Sustainable Palm Oil, ISPO) e a Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável (Roundtable on Sustainable Palm Oil, RSPO). Após desafios iniciais de implementação, uma organização intermediária foi designada para garantir a distribuição justa e transparente dos benefícios, especialmente com os povos indígenas e

comunidades locais. Para o futuro, o fortalecimento das estruturas políticas e das parcerias estratégicas é essencial para apoiar uma adoção mais ampla e sustentável de parcerias público-privadas.

O Paradoxo do REDD+

Carlos Aragon, Diretor Nacional da GCF Task Force no Brasil, discutiu o paradoxo do REDD+: o REDD+ é, ao mesmo tempo, a solução climática baseada na natureza mais promissora e a mais contestada. Há uma grande demanda por projetos de carbono em florestas e no uso da terra, mas, para impulsionar o progresso, precisamos passar do debate sobre "alta integridade" para a sua implementação. E, para atrair investimentos em REDD+, precisamos de defesa em nível nacional, defesa conjunta em nível internacional, melhor comunicação dos benefícios do REDD+, participação ativa em processos de consulta globais (Coalizão Aberta sobre Mercados de Carbono de Conformidade ou Open Coalition on Compliance Carbon Markets) e contribuição para o próximo Roteiro sobre Desmatamento e REDD+ da COP31.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA SESSÃO

Para ampliar com sucesso a participação do setor privado nos mercados de carbono e nos programas REDD+ jurisdicionais, os governos devem estabelecer estruturas regulatórias claras, sinais de mercado previsíveis, salvaguardas robustas e mecanismos equitativos de repartição de benefícios. A colaboração precoce e contínua entre empresas privadas, parceiros técnicos e comunidades locais garante que os projetos de redução de emissões estejam alinhados com as estratégias de negócios das empresas, ao mesmo tempo que proporciona confiança e transparência na repartição de benefícios. É necessária uma mudança fundamental de mentalidade: o setor privado deve encarar a redução de emissões não apenas como uma obrigação regulatória, mas também como uma oportunidade de investimento que pode gerar valor ambiental e social significativo e de longo prazo.

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA AVANÇAR

- Continuar a promover a partilha de conhecimento, aproveitando as iniciativas recentes da GCF Task Force, como o curso REDD+ da GCF Task Force no Brasil e a visita da GCF Task Force na Indonésia ao CARB.
- Explore o programa Parceria Empresarial para Implementação de Mercado (B-PMI) da IETA na Indonésia e no Brasil.
- Continue contribuindo com informações para o Roteiro de Combate ao Desmatamento e REDD+ da COP30 (e COP31) .
- Interagir com programas REDD+ jurisdicionais existentes, como na Guiana, para aprender com suas experiências e aplicar as melhores práticas com base nos resultados.

MODERADORES

- Jason Gray, Diretor de Projetos, GCF Task Force
- Syahrina D. Anggraini, Diretora Nacional da GCF Task Force - Indonésia

ALTO-FALANTES

- Björn Fondén, Gerente de Políticas Internacionais - Líder da Ásia-Pacífico, Associação Internacional de Comércio de Emissões (participou virtualmente)
- Shannon Dilley, Conselheira Jurídica Chefe do Conselho de Recursos Atmosféricos da Califórnia
- Arif Budiman, Gerente Técnico Sênior de Arquitetura para Transações REDD+
- O Prof. Dr. Ir. Daddy Ruhiyat, Presidente do Conselho Provincial de Mudanças Climáticas de Kalimantan Oriental (DDPI) e Professor da Universidade Mulawarman, afirmou:
- Carlos Aragon, Diretor Nacional da GCF Task Force - Brasil

4. NDPE para produtos sustentáveis

Esta sessão explorou como os compromissos do NDPE podem ser promovidos a nível da paisagem com melhores dados, monitorização, colaboração e financiamento da inovação.



Justificativa Comercial para Abordagens Paisagísticas com o CDP:
O CDP lançou seu questionário sobre paisagens em 2020 em resposta à crescente demanda por abordagens paisagísticas e constatou que a justificativa comercial permanece complexa; o investimento corporativo médio em iniciativas paisagísticas confiáveis é de aproximadamente US$ 300.000. O CDP incentiva as empresas a utilizarem seus orçamentos de compras para esses custos, e não apenas os orçamentos de sustentabilidade. Há uma “necessidade de migrar da sustentabilidade da cadeia de suprimentos para a resiliência da paisagem, pois os riscos mais relevantes para os negócios ocorrem cada vez mais em escala de paisagem”.

Certificação voluntária bem-sucedida em Michoacán, México
O desmatamento e a mudança no uso da terra para o cultivo de produtos de exportação, especialmente o abacate, representam a maior ameaça às florestas e à biodiversidade em Michoacán. Em 2024, um sistema de vigilância por satélite e inteligência artificial, chamado Guardian Forestal, foi implementado para fornecer monitoramento quase em tempo real do desmatamento, da mudança no uso da terra, de incêndios, do uso da água e muito mais. Isso possibilitou a proteção de defensores ambientais e a criação de uma certificação voluntária de abacate livre de desmatamento, chamada ProForest Abacate (ProForest Avocado, PFA). Atualmente, mais de 59.000 pomares de abacate, quase 38.000 reservatórios de água e seis milhões de hectares estão sendo monitorados; 65 centros de embalagem, quatro fábricas de processamento, três importadores dos EUA e quatro comerciantes foram certificados, enquanto 34 municípios registraram redução no desmatamento. Michoacán está pressionando o governo

federal para tornar a certificação de abacate obrigatória e também está expandindo para certificações de agave e frutas vermelhas.

O poder da colaboração no Peru

A Comunidade Regional Amazônica (Mancomunidad Regional Amazónica, MRA) reúne sete regiões da Amazônia peruana (incluindo seis membros da GCF Task Force - Amazonas, Huánuco, Loreto, Madre de Dios, San Martín e Ucayali - e um não membro, Cusco) para promover o desenvolvimento de baixa emissão e a produção sustentável. O principal ator do setor privado na Amazônia peruana é o pequeno produtor, e a MRA promove a ExpoAmazónica, a mais importante feira de negócios da região. A MRA também é membro da Coalizão por uma Produção Sustentável (Coalición por una Producción Sostenible), uma plataforma público-privada com mais de 100 organizações que visa aprimorar o ambiente de negócios e a coordenação com o setor privado. A Coalizão possui acordos setoriais de sustentabilidade para café, cacau, pecuária e óleo de palma.

Colaboração e PES em La Libertad, Peru

La Libertad, no Peru, é membro da Plataforma Macrorregional Florestas do Norte (Plataforma Macroregional Bosques del Norte), juntamente com os membros da GCF Task Force Piura e Tumbes, o observador da GCF Task Force Lambayeque e a organização não membro Cajamarca. Juntos, eles promovem a conservação, a restauração e o desenvolvimento sustentável das florestas do norte do Peru, incluindo florestas sazonalmente secas, manguezais, florestas montanhosas, Yunga, Parámos e outras. La Libertad tem trabalhado para transformar a restauração em um portfólio de investimentos atrativo para investidores privados, por exemplo, com seu programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) para água, Mecanismos de Remuneração por Serviços Ecossistêmicos (Mecanismos de Retribución por Servicios Ecosistémicos, MERESE). Financiada por uma taxa de 0,8% nas contas locais de água e esgoto e por acordos com as partes interessadas locais em quatro nascentes, a iniciativa MERESE de La Libertad plantou com sucesso 9.000 árvores, estabeleceu um viveiro com capacidade para 22.000 mudas e desenvolveu um plano de investimento de US$ 1 milhão. La Libertad também está desenvolvendo um modelo de negócio sustentável para a criação de cabras, ao mesmo tempo que expande parcerias com o setor agroexportador para impulsionar a restauração regional.

Facilitando a Conformidade de Pequenos Produtores no Centro de Kalimantan, Indonésia.

O óleo de palma é, de longe, o maior responsável pelo desmatamento no Centro de Kalimantan, Indonésia. Existem aproximadamente 1,8 milhão de hectares de plantações de óleo de palma na província, dos quais 48% estão em áreas florestais e 22% em pequenas plantações independentes. Desde que se tornou membro da GCF Task Force, o governo provincial passou a contar com mais parceiros para auxiliar no mapeamento das propriedades dos pequenos produtores, o que levou a um aumento na conformidade. O programa de

Revitalização de Pequenas Plantações de Óleo de Palma (Peremajaan Sawit Rakyat, PSR) foi concebido para evitar o desmatamento, aumentando a produtividade com o acesso a sementes de alto rendimento e promovendo a sustentabilidade por meio da facilitação da certificação ISPO.

Uma Visão para a Agricultura Sustentável em Caquetá, Colômbia
Sendo o quarto maior departamento pecuário da Colômbia, Caquetá está combatendo o desmatamento por meio da transição de práticas de desmatamento para paisagens produtivas e regenerativas. Ao promover a produção regenerativa de gado e a agrofloresta diversificada, o departamento melhorou a produtividade e protegeu recursos e serviços ecossistêmicos sem expandir a fronteira agrícola. Os mecanismos incluem minimizar os efeitos prejudiciais do El Niño sobre a produtividade por meio do uso de PSA para complementar a alimentação animal e garantir o abastecimento de água, promover produtos sustentáveis de valor agregado por meio de Programas de Desenvolvimento com Foco Territorial (Programas de Desarrollo con Enfoque Territorial, PDET) e criar alianças, inclusive com instituições de pesquisa como o Instituto Amazônico de Pesquisas Científicas SINCHI (Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas SINCHI).

Agronegócio e sustentabilidade dos pequenos agricultores na Indonésia
A Olam Agri, uma empresa global do agronegócio focada em mercados de consumo final de alto crescimento, firmou parceria com a GIZ para criar a Iniciativa de Borracha Natural Sustentável (Sustainable Natural Rubber Initiative, SNRI) dentro da estrutura da Agricultura Sustentável para Ecossistemas Florestais (Sustainable Agriculture for Forest Ecosystem, SAFE). O objetivo da SNRI é “aumentar a competitividade, a sustentabilidade e a inclusão no mercado de pequenos produtores de borracha e trabalhar em direção ao cultivo de borracha livre de desmatamento”. A SNRI possui parcerias com mais da metade das principais empresas globais de pneus. Para aumentar a produtividade, melhorar a sustentabilidade e promover a conformidade com EUDR, a SNRI está engajando 2.000 pequenas propriedades rurais, muitas delas administradas por mulheres, e fornecendo treinamento e assistência em questões legais e de propriedade da terra.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA SESSÃO

Alcançar a produção sustentável de commodities exige uma transição de projetos isolados para abordagens colaborativas e integradas que alinhem governos, pequenos e grandes produtores, comunidades e compradores em torno de dados e objetivos compartilhados. A chave para o sucesso reside na combinação de regulamentação, tecnologia, incentivos de mercado, financiamento e colaboração institucionalizada, de modo que a produção sustentável permaneça competitiva e, ao mesmo tempo, traga benefícios para as florestas, as comunidades e as economias locais.

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA AVANÇAR

- Colaborar com o CDP para aumentar a transparência entre os membros da GCF Task Force .
- Dando continuidade à nossa série de webinars sobre a preparação para o EUDR, abordaremos também as questões discutidas aqui, com foco na inclusão de pequenos agricultores e no desenvolvimento de capacidades.
- Auxiliar as jurisdições na implementação de programas de monitoramento de baixo custo e alta tecnologia, como o Guardian Forestal de Michoacán, ao mesmo tempo que se expandem as plataformas público-privadas e os acordos setoriais em commodities de alto impacto (por exemplo, abacate, café, cacau e óleo de palma).
- Avançar no intercâmbio técnico por meio de parcerias, como com o Programa Amazonia+ financiado pela UE (nossa iniciativa conjunta com os governos subnacionais da Amazônia, Mecanismo de Intercambio de Políticas subnacionales Amazónicas (MIPA))

MODERADORES

- Fakhrizal Nashr, Gerente Regional – Florestas, CDP
- Daniel Coronel, Coordenador Adjunto da GCF Task Force no Peru

ALTO-FALANTES

- Secretário do Meio Ambiente Alejandro Méndez López, Michoacán, México
- Gerente Ambiental Regional Frank Eduardo Sánchez Romero, La Libertad, Peru
- Secretário de Meio Ambiente e Agricultura Juan Pablo Jaramillo, Caquetá, Colômbia
- Domingos Neves JDC, Analista de Políticas, Agência de Plantações, Kalimantan Central, Indonésia (em nome do Vice-Governador Edy Pratowo)
- Luis Augusto Briceño Jara, Diretor Executivo, Comunidade Regional Amazônica (Mancomunidad Regional Amazónica, MRA)
- Claire Prescott, Chefe de Espaços Sustentáveis, CDP
- Robi Ramdani, Gerente de Compras Sustentáveis Responsáveis da Olam Agri

5. Apoio à mitigação e adaptação por meio de mecanismos inovadores de financiamento jurídico (BLUD)



Esta sessão destacou o papel potencial das Agências Regionais de Serviço Público (Badan Layanan Umum Daerah, BLUD) como um mecanismo institucional e de financiamento para apoiar a mitigação e adaptação às mudanças climáticas em nível local. As BLUDs são unidades semiautônomas de prestação de serviços públicos, criadas para melhorar a qualidade e a oferta de serviços públicos, permitindo maior flexibilidade financeira e gerencial do que uma agência burocrática padrão, sem deixar de fazer parte da estrutura governamental e sujeitas à prestação de contas pública. Portanto, as BLUDs podem fornecer um mecanismo institucional e financeiro mais flexível para a prestação de serviços públicos relacionados ao clima, permitindo que as receitas e parcerias atendam às necessidades operacionais, mantendo a responsabilidade perante o sistema de governo local.

É necessário um direcionamento político claro e uma colaboração reforçada entre os governos central e locais, os atores do setor privado e outras partes interessadas para desenvolver estruturas institucionais eficazes para a implementação da Precificação de Carbono (Nilai Ekonomi Karbon, NEK) e de programas relacionados ao clima. As partes interessadas concordam com a necessidade de fortalecer as políticas e os programas climáticos regionais, capacitar as comunidades e explorar o BLUD como uma ferramenta para ampliar a ação climática e superar os desafios institucionais e de financiamento.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA SESSÃO

O BLUD pode servir como um instrumento institucional e operacional para apoiar a implementação de programas de NEK e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas em nível regional. A colaboração com os BLUDs provinciais pode fornecer um mecanismo importante para apoiar e ampliar os programas iniciados pelos governos distritais.

O BLUD deve ser visto como parte de um esforço mais amplo para facilitar a ação climática, o financiamento sustentável, o empoderamento da comunidade, a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico regional. Uma coordenação mais forte entre os governos central e locais, os atores do setor privado e outras partes interessadas será essencial para traduzir a estrutura política existente em ações concretas de mitigação e adaptação no terreno.

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA AVANÇAR

- Explore as BLUDs como “entidades designadas” para auxiliar na gestão do financiamento climático nas jurisdições membros da GCF Task Force na Indonésia.
- Explore entidades flexíveis semelhantes à BLUD em jurisdições fora da Indonésia.

MODERADORES

- Juliarta Bramansa Ottay, Diretora, Perkumpulan Mandala Katalika (MANKA)

ALTO-FALANTES

- H. Yudia Ramli, Diretor da BUMD, BLUD e BMD, Ministério do Interior da Indonésia (participou virtualmente)
- Ratih Mulia Fazriati, pesquisadora jurídica, Universidade Padjadjaran
- Professor Gusti Hardiansyah, Chefe do Grupo de Trabalho REDD+ de West Kalimantan e Professor de Silvicultura na Universidade de Tanjungpura
- Nelson Sasarari, Assessor Especializado do Governador para Assuntos Econômicos, Financeiros e de Desenvolvimento, Papua do Sul, Indonésia
- Nurminda Yurika Hartuti, Equipe, Subdireção BLUD, Ministério de Assuntos Internos, Indonésia

Conclusão e próximos passos

A troca de informações gerou diversas recomendações prospectivas para a rede da GCF Task Force e seus parceiros:

Desenvolver um conjunto de ferramentas compartilhadas para modelos de parcerias público-privadas. A diversidade de abordagens apresentadas — desde o Financiamento de Projetos para a Permanência até fundos de conservação e a integração do mercado de carbono — representa um rico portfólio de mecanismos testados. Documentar e sistematizar esses modelos em um conjunto de ferramentas práticas ajudaria outras jurisdições a avaliar quais abordagens melhor se adequam ao seu contexto e nível de prontidão.

Estabelecer uma rede de aprendizagem entre pares sobre a preparação para o mercado de carbono. Muitas jurisdições da GCF Task Force encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento do mercado de carbono. Um mecanismo estruturado de aprendizagem entre pares — que conecte jurisdições experientes, como a Califórnia ou Mato Grosso, com aquelas que estão iniciando sua jornada no mercado de carbono — poderia acelerar a preparação das jurisdições e reduzir o risco de erros iniciais dispendiosos. Isso se basearia em intercâmbios de conhecimento anteriores, como o realizado entre a Califórnia e a Indonésia, organizado pela GCF Task Force em fevereiro de 2026.

Fortalecer as plataformas de engajamento do setor privado em nível jurisdicional. O encontro destacou a importância de criar pontos de entrada estruturados para que as empresas se engajem com os programas jurisdicionais — por meio de plataformas de divulgação, apresentações para investidores, grupos de ação corporativa e órgãos de governança multissetorial. Expandir essas plataformas para mais jurisdições deve ser uma prioridade.

Abordar a lacuna de financiamento entre os custos iniciais e os pagamentos baseados em resultados. As sessões destacaram o desafio de mobilizar recursos para Medição, Relato e Verificação (MRV), engajamento comunitário e desenvolvimento de projetos antes que as receitas de carbono ou serviços ecossistêmicos estejam disponíveis. A criação de instrumentos de financiamento misto e mecanismos institucionais — incluindo o BLUD e fundos de conservação — para superar essa lacuna será crucial.

Integrar o apoio aos pequenos agricultores nas estratégias de paisagem e de produtos agrícolas. À medida que o EUDR, o NDPE e outros requisitos de sustentabilidade remodelam as cadeias de abastecimento globais, torna-se urgente garantir a inclusão dos pequenos agricultores, em vez de sua exclusão. Isso exige investimento em legalidade fundiária, rastreabilidade, capacitação, tecnologia e acesso ao mercado em nível jurisdicional.

Continue a construir a base de evidências para uma Nova Economia Florestal. Esta troca demonstrou que uma Nova Economia Florestal não é mais apenas um conceito, mas sim uma realidade concreta em vários continentes. O acompanhamento e a comunicação dos resultados dessas iniciativas jurisdicionais (em termos de redução do desmatamento, investimento mobilizado, meios de subsistência apoiados e emissões reduzidas) serão essenciais para demonstrar que a conservação pode ser financeiramente competitiva com a conversão.

OLHANDO PARA O FUTURO

Para alcançar a resiliência da paisagem a longo prazo, é necessário superar projetos isolados e de curto prazo e integrar a conservação em parcerias jurisdicionais com múltiplas partes interessadas. Ao combinar investimentos público-privados, aproveitar os mercados de carbono e estabelecer sistemas de monitoramento transparentes, os governos subnacionais podem construir modelos resilientes que alinhem o desenvolvimento sustentável à proteção ambiental. Fundamentalmente, a integração de povos indígenas e pequenos agricultores por meio da titulação de terras, capacitação e oportunidades econômicas viáveis garante que a conservação apoie ativamente os meios de subsistência locais, preservando os ecossistemas e seus serviços.

Este intercâmbio técnico reforçou uma mensagem central: a GCF Task Force e seus membros estão construindo ativamente uma Nova Economia Florestal desde a base. As experiências compartilhadas entre oito países demonstraram que os modelos existem, o ímpeto está crescendo e o caminho a seguir exige o aprofundamento da colaboração entre governos, setor privado, povos indígenas, comunidades locais e parceiros internacionais.

A GCF Task Force continuará a apoiar as jurisdições membros na transformação das lições aprendidas com essa troca em ações concretas, partindo do entendimento comum de que as florestas não são um custo a ser gerenciado, mas sim um ativo no qual se deve investir — para o benefício das comunidades, das economias e do clima.